

FINANÇAS PÚBLICAS

Fazenda apóia proposta para controlar Estados

Dívida Pública

Sugestão de Kleinubing é que teto do endividamento seja a arrecadação anual dos Tesouros

CLÁUDIA CARNEIRO
e NELSON BREVE

BRASÍLIA – A proposta de emenda constitucional do senador Vilson Kleinubing (PFL-SC), que restringe o endividamento da União, Estados e municípios, tem apoio quase integral do Ministério da Fazenda. Em debate com o senador, ontem, no programa *Agenda Econômica*, da TV Senado, o secretário-executivo da Fazenda, Pedro Parente, deixou claro que tem o apoio da equipe economi-

ca à proposta de criação de uma agência para controlar o grau de endividamento dos Estados e também os limites da dívida sugeridos por Kleinubing. Mas a área econômica não concorda com a extensão da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF) para abater a dívida pública, como quer o senador.

Prazo – “O Ministério da Fazenda sempre se pronunciou contra qualquer imposto ou contribuição sobre movimentação financeira”, justificou Parente. “Mas este não é o ponto fundamental da proposta.” Na emenda, Kleinubing estica por mais dez anos o imposto cobrado hoje sobre transações bancárias, com o objetivo de arrecadar recur-

sos para amortizar o endividamento público que ultrapassasse o limite máximo previsto na proposta.

O senador sugere que o limite máximo de endividamento da União e dos Estados seja igual à arrecadação anual de seus respectivos Tesouros. Para os municípios, que têm fontes de arrecadação muito limitadas, a restrição é bem maior: o limite da dívida seria de 20% de uma receita líquida anual.

A proposta também proíbe os Estados e municípios de emitir títulos públicos e cria uma agência espe-

cial nos moldes das recentemente instaladas para regular setores específicos da economia depois da privatização, como a Agência Nacional das Telecomunicações (Anatel). Essa agência seria um órgão assessor do Senado, Ministério da Fazenda e Banco Central, e cuidaria da administração dos contratos de rolagem das dívidas estaduais com a União.

A criação de um órgão controlador do endividamento público poderá esbarrar nos interesses de governadores e enfrentar a resistências dos senadores aliados, mas de-

ve contar também com uma ofensiva do governo para ser aprovada no Congresso.

Condições – Afinal, a proposta de Kleinubing foi discutida no âmbito da Fazenda, como admitiu Parente. A idéia ganhou o apoio da área econômica porque, em princípio, o governo não vê outro mecanismo institucional para o controle do endividamento público, a menos que seja violado o princípio federativo. “É preciso reforçar as condições institucionais para que, no futuro, esses acordos não sejam violados por questões políticas”, afirmou o secretário-executivo.

Parente e Kleinubing acreditam que a criação da agência para administrar as rolagens de dívidas dos

Estados pela União vai eliminar o constrangimento dos senadores de rejeitar os pedidos feitos pelos governadores. “Como querer que uma Casa política diga não a vida inteira?”, justificou Kleinubing. “Pela minha emenda, o projeto (de endividamento) nem virá ao Senado se não se enquadrar às regras.”

“A proposta de Kleinubing não é ainda uma posição de governo, mas o Ministério da Fazenda está de acordo e acha que ela pode melhorar muito o quadro institucional entre governo federal e Estados”, defendeu Parente. Ele não acredita que a emenda traga obstáculos aos investimentos dos Estados porque, ao limitar o endividamento, as regras da emenda estarão reduzindo a conta de juros.

EQUIPE FAZ
RESTRIÇÃO
À EXTENSÃO
DA CPMF